



**Exmos. Senhores:**

**Presidente da ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**e**

**Membros da ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Para efeitos da alínea c) do n.º 2 do art.º 64º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro, submete-se à aprovação de V. Exas. os documentos previsionais da Câmara Municipal de Nelas para o ano 2013, que se consubstanciam nas GRANDES OPÇÕES DO PLANO e no ORÇAMENTO. Estes documentos previsionais foram elaborados de acordo com os princípios e regras orçamentais definidos no POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro.

### **GRANDES OPÇÕES DO PLANO**

O mapa das Grandes Opções do Plano (GOP) integra o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e as Actividades Mais Relevantes (AMR), onde estão expressas as linhas de desenvolvimento estratégico da autarquia local, com os objectivos que o integram, que de seguida se apresentam, bem como as respectivas previsões de despesas funcionais para o ano 2013:



SERVICIOS DE DESPORTO:  
PAVILHÃO DESPORTIVO,  
PISCINAS, BIBLIOTECA,  
ESPAÇO INTERNET,  
ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS

Handwritten signature and number 2.

Código	Designação das rubricas	Valor	Total por função	%
<b>1</b>	<b>Funções gerais</b>		<b>1.048.926</b>	
1.1.1	Administração Geral	962.274		6,76%
1.2.0	Segurança e ordem públicas	1.061		0,01%
1.2.1	Protecção civil e luta contra incêndios	85.591		0,60%
<b>2</b>	<b>Funções sociais</b>		<b>7.205.448</b>	
2.1.0	Educação	0		0,00%
2.1.1	Ensino não superior	1.240.641		8,71%
2.1.2	Serviços auxiliares de ensino	666.816		4,68%
2.2.1	Serviços individuais de Saúde	248.011		1,74%
2.3.0	Segurança e acção sociais	0		0,00%
2.3.1	Segurança social	692.928		4,87%
2.3.2	Ação Social	172.352		1,21%
2.4.0	Habitação e serviços colectivos	0		0,00%
2.4.1	Habitação	67.556		0,47%
2.4.2	Ordenamento do território	1.028.092		7,22%
2.4.3	Saneamento	146.450		1,03%
2.4.4	Abastecimento de água	1.037.165		7,28%
2.4.5	Resíduos sólidos	1.028.572		7,22%
2.4.6	Prot.melo ambiente e conserv.natureza	159.045		1,12%
2.5.0	Serv.culturais recreativos e religiosos	0		0,00%
2.5.1	Cultura	317.713		2,23%
2.5.2	Desporto, recreio e lazer	400.107		2,81%
2.5.3	Outras actividades cívicas e religiosas	0		0,00%
<b>3</b>	<b>Funções económicas</b>		<b>4.623.176</b>	
3.1.0	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça	0		0,00%
3.2.0	Indústria e energia	1.305.436		9,17%
3.3.0	Transportes e comunicações	3.188.078		22,39%
3.3.1	Transportes rodoviários	0		0,00%
3.4.0	Comércio e turismo	0		0,00%
3.4.1	Mercados e feiras	90.511		0,64%
3.4.2	Turismo	39.153		0,27%
3.5.0	Outras funções económicas	0		0,00%
<b>4</b>	<b>Outras funções</b>		<b>1.360.000</b>	
4.1.0	Operações da dívida autárquica	1.325.000		9,31%
4.2.0	Transferências entre administrações	0		0,00%
4.3.0	Diversas não especificadas	35.000		0,25%
	<b>Total das despesas</b>	<b>14.237.550</b>	<b>14.237.550</b>	<b>100,00%</b>

O presente documento permite-nos aferir significativamente o modo como se irá desenvolver a actividade municipal no próximo ano económico de 2013.



A conjuntura económica e financeira global, com óbvios reflexos na economia nacional, coloca um grande volume de pressão sobre o orçamento municipal. A política imposta pelo poder central, que teve início já em 2010, de proceder a cortes significativos nas transferências do orçamento de Estado para as autarquias locais, associada ao abrandamento da economia, levando a diminuições muito substanciais ao nível das receitas próprias, nomeadamente nas rubricas de Taxas e licenças, IMT e, principalmente, na Derrama, forçam a que a política orçamental da autarquia tenha de sofrer constrangimentos importantes.

É, apesar das dificuldades reconhecidas, com uma atitude criteriosa e rigorosa na gestão municipal que se apresenta esta ferramenta de combate ao ambiente social difícil e de estímulo à actividade económica local e regional, fruto do investimento nas infra-estruturas e nos serviços prestados à nossa comunidade, contribuindo para um desenvolvimento sustentado que prosseguimos.

Os investimentos na Educação, continuam a dar forma à prioridade da qualificação, há muito assumida por este executivo. Nesta matéria, importa referir o grande esforço imposto pelas competências transferidas do Estado para a Autarquia, como o fornecimento de refeições, dos transportes escolares, do programa da distribuição da fruta ao 1º CEB ou a CAF do pré-escolar, as Actividades de Enriquecimento Curricular no 1º CEB, entre outras, que têm sido assegurados pelo esforço do Orçamento Municipal, uma vez que a transferência das competências não foi acompanhada por uma transferência financeira em valor suficiente para a autarquia, facto particularmente relevante nas competências adquiridas há mais tempo, sendo que, por exemplo no caso das AEC's, os interesses financeiros da autarquia foram devidamente assegurados.

Em matéria de transferência de competências para os municípios tem, também, que se considerar as questões da saúde e da acção social. Áreas onde já se tem vindo a desenvolver um trabalho e investimento meritórios e que nos irão merecer ainda igual ou maior atenção.

A nível económico, ganha particular importância o volume de investimento nas Zonas Industriais do Concelho, seja pela aquisição de terrenos, seja pela preparação dos mesmos ou pela criação de infra-estruturas que se consideram básicas para o bom funcionamento de qualquer zona de implantação industrial que se considere moderna e que eram tantas vezes esquecidas. Este trabalho é efectuado no âmbito de um trabalho, menos visível e não quantificável, de prospecção permanente junto de potenciais investidores, no sentido de captar investimentos produtivos, que permitam manter o nível de desenvolvimento concelhio e o elevado valor de



empregabilidade que aqui se verifica. Esta preocupação e aposta, ganha maior ênfase se considerarmos toda a conjuntura de crise económico-financeira instalada no mundo que reforça a necessidade de melhorar qualitativamente as condições para instalação das unidades empresariais e industriais.

A segurança rodoviária e a melhoria das condições de circulação e acessibilidades no nosso concelho são fundamentais para, só assim, se poder valorizar a privilegiada localização geográfica em que estamos implantados. A construção das rotundas na estrada nacional 234 em Canas de Senhorim e a melhoria da restante rede viária do concelho, vão permitir que o Município continue a ser seguro e amigo dos residentes, contribuindo significativamente para melhorar a centralidade e a competitividade do tecido económico local de forma sustentada.

Apesar de ser uma das maiores necessidades do concelho, a rede de saneamento básico, ficará sujeita às intervenções necessárias, continuando a ser uma área prioritária para a autarquia, apesar de não ser um eixo prioritário no Quadro Comunitário em vigor, confrontado com o facto de estas áreas de acção terem sido consideradas essenciais nos II e III Quadros Comunitários de Apoio, que terminaram em 2005 e cujas oportunidades não terão sido aproveitadas pela autarquia, à época.

Ao nível do mapa de pessoal, as autarquias foram impossibilitadas de abertura de procedimentos concursais, plasmada no orçamento de Estado para o ano de 2013, já aprovado. Apesar disso conta o município com a colaboração de todos os funcionários para, como sempre fizeram, se poder garantir que os serviços prestados aos munícipes, não sejam postos em causa, com a sua dedicação e profissionalismo.

Realce-se ainda que todas estas propostas foram amplamente discutidas em conjunto com todas as Juntas de Freguesia e são resultado de um trabalho e esforço conjuntos, sem haver qualquer empolamento orçamental.

## ORÇAMENTO

### Receltas

Para o ano de 2013 estima-se que o total das receitas atinja 14 237 550,00 €, valor abaixo do orçamentado no ano anterior.



## Despesas

A composição das despesas correntes é também semelhante à do ano anterior, destacando-se a relevância das despesas com o pessoal e a aquisição de bens e serviços que representam cerca de 79% deste tipo de despesa.

As despesas de capital representam cerca de 38% do total das despesas previstas da autarquia, sendo a sua quase totalidade respeitante a Aquisição de Bens de Capital.

Na base do exposto, apresenta-se a proposta de **Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município de Nelas para o ano económico de 2013**, que se sujeita à superior apreciação e bom julgamento de V. Exas., para efeitos da competente e indispensável aprovação.

Nelas, 04 de Dezembro de 2012

A Presidente da Câmara,

*Joana Pedro*  
*Joana Pedro*  
